

DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL EM JAGUAPITÃ (PR): DA CONCEPÇÃO TEÓRICA AOS PRIMEIROS RESULTADOS

MUNICIPAL DEVELOPMENT IN JAGUAPITÃ (PARANÁ STATE, BRAZIL): FROM THEORETICAL CONCEPTION TO FIRST RESULTS

Cristina Célia Krawulski

Engenheira Agrônoma. Doutora em Agronomia. Agrônoma do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/Londrina).

Cristiane de Conti Medina

Engenheira Agrônoma. Doutora em Agronomia (Agricultura). Professora Associada da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Benedito Luiz Almeida

Engenheiro Agrônomo. Mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Agrônomo do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/Curitiba).

Natalino Avance de Souza

Engenheiro Agrônomo. Mestre em Desenvolvimento Econômico. Agrônomo do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/Curitiba).

Gayza Maria de Paula Iácono

Médica Veterinária. Mestre em Sanidade Animal. Veterinária do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/Rolândia).

RESUMO: Estudos realizados nos últimos anos têm contemplado as diferentes abordagens do desenvolvimento, do econômico ao local integrado e sustentável. Conciliar e aplicar diferentes e complexos conceitos para que uma comunidade construa um plano de desenvolvimento próprio é um desafio. Este trabalho objetivou organizar as informações referentes ao processo de geração do Plano de Desenvolvimento Municipal de Jaguapitã, estado do Paraná, e apresentar projetos como instrumentos de desenvolvimento local. A população local participou ativamente do processo, que contemplou a capacitação de lideranças e formação de agentes municipais de desenvolvimento; a elaboração de diagnósticos temáticos participativos; e a seleção de dez prioridades municipais, entre elas: falta de segurança; a relação conflitante entre os profissionais e usuários do serviço municipal de saúde; a falta de assistência técnica e recursos financeiros para a agricultura familiar; e solos degradados, com baixa fertilidade natural e sem controle de erosão. Foram elaborados sete Programas de Ação para o Desenvolvimento Local, com os seguintes resultados já alcançados: Fórum Permanente de Desenvolvimento Municipal; três associações (dos produtores de leite, dos produtores rurais e dos catadores de materiais recicláveis); coleta seletiva do lixo; viveiro de mudas florestais; manutenção de estradas rurais; patrulha rural mecanizada; Projeto Contorno Sul. Concluiu-se que a abertura política e a participação da comunidade indicam desenvolvimento humano e social, e transformar as prioridades em projetos é um desafio maior do que a geração do Plano, cuja concretização dependerá da organização comunitária e de compromissos pessoais e institucionais.

Palavras-chave: Jaguapitã; participação comunitária; desenvolvimento municipal; desenvolvimento local; plano de desenvolvimento.

ABSTRACT: Many studies have to look into different development concepts, from the economic to local integrated and sustainable. However, to combine and to apply different and complex concepts for that one community building your development plan is a big challenge. This work was carried out to order to organize the information about the process to obtain the Plan of Local Development of Jaguapitã, Paraná State, in Brazil, and to show projects like local development instruments. The local population had to take an active interest in process, that look to into for: formation of local agents of development and leadership capacitation; the elaboration of participatives subject matter diagnosis; and the selection of ten municipal priorities; like the absence of security; a conflitant relationship between users and health professionals; the absence of technique assistance and economical resources for familiar agriculture; and degraded soils, with slow natural fertility and absence of erosion control. Were created seven Action Programs to Local Development, with important results until this

moment: a Permanent Forum of Municipal Development; two farmers' associations, one people that collect garbage in the streets' association; selective collect of garbage; nursery; maintenance of rural roads; South Outline Project. The results showed that the policy opening and the community participation indicating human and social development, and to transform the priorities in projects is a challenge bigger than that the generation of the Plan, whose the real introduction will depend of the community organization and the personal and professional commitment.

Keywords: Jaguapitã; Community participation; Municipal development; Local development; Development plan.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, têm sido realizados muitos estudos contemplando as diferentes concepções de desenvolvimento (BRASIL, 1998; EMBRAPA, 1998; FURTADO & FURTADO, 2000; KHAN *et al.*, 2001; ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS [DA] CANTUQUIRIGUAÇU, 2003; EMATER, 2004), fundamentados no objetivo maior de “atender às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 46), para proporcionar ao ser humano viver uma vida longa e saudável, ser instruído e desfrutar de um padrão de vida adequado (DENARDI *et al.*, 2000).

O desenvolvimento rural abrange questões relativas ao território (recursos naturais, infra-estrutura de transportes e comunicações), à população rural (educação, saúde, trabalho, renda, habitação) e ao desenvolvimento econômico (setorial e geral), cujo objetivo final é a melhoria generalizada das condições de vida da população que habita o meio rural (KAGEYAMA, 2004). Para atingir este objetivo, o crescimento econômico dos agricultores é apenas um meio para o desenvolvimento social, que não existe sem uma agricultura forte e rentável (LACKI, 1995). Por outro lado, o desenvolvimento rural sustentável pode se fundamentar na idéia da conservação do capital. O capital ambiental, representado pelos estoques e fluxos de matéria e energia, ecossistemas e recursos físicos. O capital humano, com as habilidades dos indivíduos para desempenhar trabalhos produtivos, incluindo capacidade física, motivações e atitudes. O capital social, com suas estruturas sociais, instituições de todos os tipos, redes informais, sistemas e direitos de propriedade. E o capital construído (construções, máquinas, infra-estrutura).

Por se referir a uma base territorial, que pode ser uma comunidade, um município ou uma microrregião, onde interagem diversos setores produtivos e de apoio, o desenvolvimento rural é multi-setorial, em que o crescimento da agricultura é apenas um dos componentes, e multifuncional. A função produtiva, antes restrita à agricultura, passa a abranger diversas atividades, como o artesanato, a conservação ambiental, o turismo rural e

o processamento de produtos naturais. A função populacional, que consistia em fornecer mão-de-obra para as cidades, inverteu-se e agora requer infra-estrutura, serviços e oferta de empregos para assegurar a retenção de população na área rural. A função ambiental demanda do meio rural criação e proteção de bens públicos e quase públicos, como paisagens, florestas e meio ambiente (KAGEYAMA, 2004).

Desenvolvimento local integrado e sustentável é:

[...] um novo modo de promover o desenvolvimento, que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas; descobrir ou despertar suas vocações e desenvolver suas potencialidades específicas, e fomentar o intercâmbio externo, aproveitando-se de suas vantagens locais (IPEA, 1998, p. 23).

Um processo de desenvolvimento local integrado preconiza a abordagem simultânea das dimensões sócio-econômica, cultural, ambiental, físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológica, como estratégia de mudança planejada da realidade, incrementando as potencialidades internas do território através do envolvimento da sociedade local (ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS [DA] CANTUQUIRIGUAÇU, 2003). Segundo Calzavara (2003), desenvolvimento local integrado pode ser entendido, também, como planejamento estratégico local e ser um potencializador da dinâmica local, enquanto organizador de suas forças propulsoras, através de metodologia participativa, considerando as potencialidades e entraves, definindo prioridades e formas de atuação, designando responsabilidades a agentes e identificando fontes financiadoras. Assim, transforma-se num processo educativo, de articulação estratégica local, além de se constituir em importante instrumento político para negociações.

Os objetivos deste trabalho são organizar as informações referentes ao processo de geração do Plano de Desenvolvimento Municipal de Jaguapitã, estado do Paraná, e apresentar projetos como instrumentos de desenvolvimento local.

MATERIAIS E MÉTODOS

Caracterização da Área de Estudo

O presente trabalho foi desenvolvido no município de Jaguapitã (**figura 1**), localizado na Região Geográfica do Norte Central Paranaense (IPARDES, 2011a) e Microrregião Geográfica de Astorga (IPARDES, 2011b), à latitude de 23°18'37"S, longitude de 51°09'46"W e altitude média de 450 metros, com relevo plano a suave ondulado e clima tipo Cfa, de Köppen (IAPAR, 1994). Pertence à área de abrangência das bacias hidrográficas do Pirapó e do Paranapanema III (SUDERHSA, 1998), com uma área territorial

de 478,452 km². O arenito Formação Caiuá é o material de origem dos principais solos do município - Latossolo Vermelho, Nitossolo Vermelho, Argissolo Vermelho Amarelo e Latossolo Vermelho Distroférrico (EMBRAPA, 1999). A vegetação original era constituída pela floresta tropical subperenifólia (EMBRAPA, 1984), gradativamente substituída por diversas explorações agropecuárias (**tabela 1**).

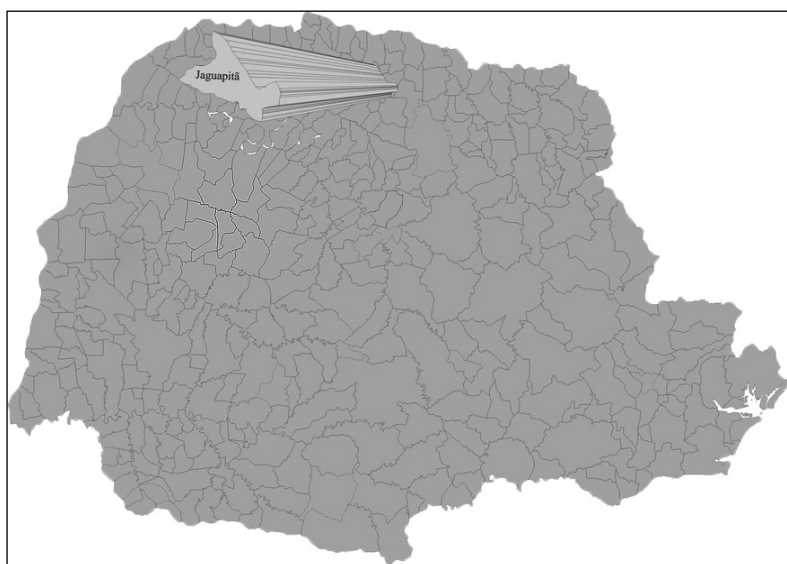


Figura 1 - Localização do município de Jaguapitã no estado do Paraná.

Tabela 1 - Uso do solo do município de Jaguapitã (PR), 2002.

Uso do Solo	Área (ha)	Extensão (m)
Pastagem Total ¹	30.631,75	-
Lavouras ²	7.025,35	-
Cana-de-açúcar	6.171,99	-
Mata nativa ³	3.063,87	-
Reflorestamento (eucalipto)	907,61	-
Rios e córregos	-	513.697 ⁴
Estradas asfaltadas ⁵	-	69.179
Estradas rurais com calçamento	-	3.506
Estradas rurais com cascalho	-	33.567
Estradas rurais sem cascalho	-	60.544
Total	47.800,57	

Fonte: EMATER (2005, p. 1).

¹ Pastagem boa ^a = 9.526,57 ha; Pastagem ruim ^b = 21.105,75 ha; ² Lavouras anuais (soja, milho, trigo, etc) e perenes (café, amora, laranja); ³ Inclui as áreas de mata ciliar existentes; ⁴ Incluídos todos os rios de divisa do município; ⁵ Rodovias asfaltadas que cruzam os limites do município. ^a Pastagem adequada ao clima e solo, bem formada e manejada, com produção adequada para a espécie, boa cobertura do solo, bom vigor das plantas, livre de plantas daninhas e espaços descobertos, produzindo acima de 70% do potencial médio de produção da espécie (MUEHLMANN *et al.*, 2000). ^b Pastagem que apresenta produção muito baixa, devido a uma ou mais das seguintes características: baixa cobertura de solo, com menos de 60% da área coberta pela espécie forrageira; alta infestação de plantas daninhas; grande quantidade de espaços descobertos; sérias limitações de fertilidade do solo (química, física e ou biológica) (MUEHLMANN *et al.*, 2000).

No ano 2000, o município de Jaguapitã contava com 10.932 habitantes. Destes, 8.733 (79,88%) residentes em 2.580 domicílios urbanos, e 2.199 (20,12%) em 592 domicílios rurais (IBGE, 2002; IPARDES, 2002). Também em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), igual a 0,761, colocava Jaguapitã na 122ª e na 1.552ª posição do *ranking* estadual e nacional, respectivamente. Este índice resultou da esperança de vida ao nascer, de 71,47 anos; da taxa média de alfabetização de adultos, de 84,34%, da taxa de analfabetismo, de 18,1%, e da renda familiar *per capita* média do município, de R\$ 217,27 (IPARDES, 2002).

O cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de 2002 demonstra a concentração de terras no município (**tabela 2**). Neste ano, 83,81% dos imóveis cadastrados foram classificados como minifúndio e pequena propriedade, com 357 propriedades ocupando apenas 20,64% da área total cadastrada (média de 20,89 ha). Outras 52 médias propriedades resultaram em área média de 150,34 ha, e apenas 17 propriedades ocupavam 57,72% da área, com média de 1.226,89 ha (INCRA, 2002).

Tabela 2 - Classificação, número, área total e área média dos imóveis rurais no município de Jaguapitã (PR), 2002.

Classificação do Imóvel	Nº	% do nº total	Área total (ha)	Área média (ha)	% da área total
Minifúndio	180	42,26	1.640,8	9,12	4,54
Pequena Propriedade	177	41,55	5.815,8	32,86	16,10
Média Propriedade	52	12,20	7.817,6	150,34	21,64
Grande Propriedade	17	3,99	20.857,1	1.226,89	57,72
Total	426	100,00	36.131,3		

Fonte: INCRA (2002, p. 3).

Antecedentes

A partir da constatação de que, há alguns anos, o município de Jaguapitã não vinha celebrando convênios com instituições estaduais e federais, como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como acontecia em alguns municípios da região, iniciou-se uma discussão sobre a necessária organização de setores locais estratégicos, entre eles a agropecuária, para pleitear investimentos financeiros ao município. Como consequência, em 23 de janeiro de 2001 foi constituído o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) de Jaguapitã, com caráter deliberativo e composto por 25 membros, representando as diferentes categorias de agricultores e demais segmentos rurais do município. Este conselho promoveu levantamentos e reflexões sobre o espaço rural,

reunindo dados que demonstraram a importância da agropecuária para a economia local, que respondia por cerca de 70% do valor total adicionado pelo município (IPARDES, 2002).

Em maio de 2002, o CMDR deliberou pela urgência do município dispor de um Plano de Desenvolvimento Rural, visando direcionar as ações do poder público e maximizar a aplicação dos escassos recursos financeiros, pois apenas 2,42% do Orçamento Municipal de 2002 destinavam-se à Divisão Agropecuária, R\$ 121.000,00 que incluíam custeio e investimentos (JAGUAPITÃ, 2001). Levantamentos mostraram que, no passado recente, nem o baixo valor orçado era efetivamente aplicado, possivelmente pela inexistência de uma forma organizada de reivindicação dos agricultores.

Realizada uma série de discussões com os diferentes segmentos municipais (técnicos, sociais, econômicos, culturais, políticos e religiosos), públicos e privados, para consolidar a idéia, traçar objetivos, definir parcerias e responsabilidades e, ainda, garantir a interdisciplinaridade do processo, prevista por Denardi *et al.* (2000), em 22 de agosto de 2002 foi formalizada uma parceria entre o CMDR e a Prefeitura Municipal, com uma grande mudança em relação à idéia inicial: elaborar um Plano de Desenvolvimento Municipal, com os seguintes objetivos:

- estabelecer diretrizes para a formulação de programas e projetos municipais, capazes de diminuir os problemas e aproveitar as oportunidades locais; e
- constituir-se num processo permanente de percepção dos ambientes interno e externo, para orientar a tomada de decisão dos gestores locais, públicos e privados.

Etapas do Processo

O processo que resultou no Plano de Desenvolvimento Municipal de Jaguapitã teve como premissas formar agentes municipais de desenvolvimento e envolver a comunidade na elaboração do Plano. Neste sentido, foram realizadas atividades de caráter motivacional e de capacitação propriamente dita, com conteúdos teóricos relacionados ao desenvolvimento local, à elaboração de diagnósticos, às metodologias de planejamento estratégico e à formulação de políticas públicas, a exemplo do que foi relatado em Associação dos Municípios [da] Cantuquiriguaçu (2003).

A geração do Plano de Desenvolvimento compreendeu o levantamento e análise de informações secundárias, para comparar o município com o estado e indicadores clássicos; identificação das percepções dos atores locais sobre distintas dimensões da realidade; elaboração de diagnóstico e sua validação pelos atores locais, em diferentes atividades, destacando-se:

- Capacitação de membros e representantes dos conselhos, associações e entidades urbanas e rurais do município. Tal capacitação foi realizada em novembro de 2002, enfocando noções básicas de funcionamento dos conselhos; direitos, obrigações e responsabilidades dos conselheiros; o papel do estado e suas instituições. Dentre os 65 participantes desta etapa, foram selecionadas 42 pessoas, denominadas Agentes Municipais de Desenvolvimento, que definiram sete temas de trabalho: Agricultura e Meio Ambiente; Arrecadação Municipal; Comércio, Indústria e Serviços; Educação e Cultura; Esporte e Lazer; História do Município; Saúde, Bem-Estar Social e Habitação.

- Elaboração de diagnósticos dos temas, efetuada pelos agentes de desenvolvimento, que foram divididos, através de sorteio, em sete grupos de seis pessoas.

- Capacitação dos agentes municipais de desenvolvimento, realizada entre abril e junho de 2003, pautada em outras experiências de desenvolvimento. O objetivo desta etapa foi desenvolver uma visão de conjunto do município e da necessidade de integrar as ações, as pessoas e as instituições na construção do Plano de Desenvolvimento.

- Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) (PEIXOTO, 2002), aplicado pelos agentes de desenvolvimento em junho de 2003, em 15 pontos do município, sendo sete rurais e oito urbanos, tomando como referência os setores censitários (IBGE, 2002). Nesta etapa, os agentes foram reagrupados, através de sorteio, em três equipes de 14 pessoas. Cada equipe aplicou o DRP em cinco pontos. No total, 283 pessoas participaram desta etapa.

Por princípio metodológico, os participantes do DRP foram incentivados a manifestar suas percepções da realidade, as dificuldades, os problemas e, ainda, os sonhos que nutriam por aquele local específico e pelo município como um todo, inclusive sugerindo soluções aos problemas levantados. Com isso, aumentaria o sentimento de co-responsabilidade da população em ações futuras advindas do processo. Ou seja, os moradores da cidade passariam a atuar como sujeitos do desenvolvimento.

- Oficinas de Trabalho, realizadas no período de 11 a 15 de agosto de 2003, envolveram 880 pessoas e tiveram como principal objetivo divulgar junto à população o processo e os conceitos que estavam sendo utilizados para a geração do Plano. O convite foi realizado de forma generalizada, com entrega de convite impresso todos os alunos da rede pública e privada do município, e até carros de som pelas ruas da cidade. Os participantes das oficinas puderam opinar sobre os problemas e potenciais para desenvolver os temas abordados, e também ouviram relatos de experiências de outros locais, apresentados com o intuito de despertar sentimentos empreendedores na população local;

- Primeiro Fórum Municipal de Desenvolvimento, realizado em três de outubro de 2003, para refletir e debater o diagnóstico municipal produzido até então e definir as prioridades junto com a população local, representada por 270 pessoas. A partir de 36 prioridades previamente selecionadas pelos agentes de desenvolvimento entre mais de 200 situações problemas citadas até então, a população elegeu as 10 prioridades municipais, que se constituiriam em objeto de futuros projetos de desenvolvimento local.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas diferentes etapas de geração do Plano de Desenvolvimento Municipal de Jaguapitã, foi registrada a participação de 1.775 pessoas, representando 16,24% da população local. Concretizou-se, assim, a participação organizada da comunidade no processo, conforme reportou Calzavara (2003), no sentido de romper com o paradigma de que as ações do poder público são concebidas e implantadas por um reduzido grupo de pessoas no exercício da administração pública, cabendo à maioria acatar, se adaptar e criticar, ficando limitada a isso a participação comunitária.

Prioridades Selecionadas

Selecionar prioridades foi a estratégia adotada para evitar que um número elevado de projetos decorrentes do processo levasse à dispersão de esforços, o que manteria o *status* anterior, de poucos resultados. Das 36 prioridades selecionadas pelos agentes municipais de desenvolvimento (**tabela 3**), oito estão ligadas à agropecuária (22,2%). E das 10 prioridades eleitas durante o Primeiro Fórum Municipal de Desenvolvimento (**tabela 4**), 30,0% estão direta ou indiretamente relacionadas ao ambiente rural: a sétima, a nona e a décima prioridades.

“Falta de assistência técnica e recursos financeiros específicos para a agricultura familiar” (sétima prioridade), pode comprometer a sobrevivência desta categoria de agricultores, reconhecida pela produção de alimentos básicos; pois assistência técnica adequada e recursos financeiros são insumos imprescindíveis (BRASIL, 1998).

Comentar a importância do item “Solos degradados, com baixa fertilidade natural e sem controle de erosão” (nona prioridade) é quase desnecessário, pois o solo é a base de toda e qualquer atividade agropecuária (PARANÁ, 1994). Este problema está relacionado à gênese dos tipos de solos existentes no município, e já havia sido diagnosticado em estudos anteriores, conduzidos por Bousquet & Holveck (1999) e Krawulski (2002).

Tabela 3 - Prioridades definidas pelos agentes municipais de desenvolvimento. Jaguapitã-PR, 2003

Classificação	Prioridade
1	Solos degradados, com baixa fertilidade natural e sem controle de erosão
2	Estradas ruins e mal conservadas
3	Falta de assistência técnica e recursos específicos para a agricultura familiar.
4	Falta de modernização tecnológica na agropecuária municipal
5	Falta de moradias no meio rural
6	Falta de recursos para investimentos, devido à baixa arrecadação municipal
7	Falta de segurança
8	Asfalto danificado, com muitos buracos, e trânsito congestionado por caminhões, gerando risco de atropelamentos e poluição sonora e do ar
9	Pequenos empreendimentos domésticos de produção de artesanato, prejudicando a vizinhança e o ambiente
10	Falta de um programa de incentivos para a instalação de indústrias e fortalecimento do comércio local
11	Presença de lanchonetes na Praça São José e presença constante de vendedores ambulantes externos
12	Falta de espaços para a prática de esportes, condicionando as crianças a brincarem nas ruas
13	Inexistência de parques municipais
14	Falta de atividades permanentes de esporte e lazer em várias modalidades
15	Falta de apoio ao esporte e lazer
16	Falta de material para melhorar os conhecimentos de práticas esportivas e de lazer
17	Inexistência de locais para preservação e referência da história e da cultura municipais
18	Perda da identidade cultural e histórica do município
19	Relação conflitante entre os profissionais de saúde e os usuários dos serviços
20	Animais soltos nas ruas, quintais sujos e com esgoto a céu aberto
21	Terrenos baldios transformados em depósitos de lixo
22	Falta de equipes do Programa Saúde da Família
23	Pessoas carentes dormindo ao relento e dentro do lixão municipal
24	Número insuficiente de ambulâncias
25	Má qualidade dos serviços prestados pelo Abatedouro Municipal
26	Distanciamento da família da vida escolar do aluno e falta de apoio legal que assegure o comprometimento dos pais perante a educação dos filhos
27	Alunos mal preparados nas séries anteriores
28	Falta de motivação dos alunos
29	Falta de valorização profissional dos educadores, provocando baixa auto-estima
30	Não persistência de um método pedagógico implantado
31	Lixão municipal a céu aberto, localizado próximo ao perímetro urbano, e existência de lixões privados na zona rural
32	Assoreamento e poluição dos rios
33	Expansão urbana desordenada
34	Torre de telefonia celular próxima a residências
35	Falta de segurança nas escolas
36	Falta de médicos

A décima prioridade, “Estradas ruins e mal conservadas”, embora tenha relação direta com o manejo de solos e águas (PARANÁ, 1994), foi mantida separada devido a diferentes entendimentos: envolve o transporte de insumos e das produções, mas também contempla o deslocamento dos habitantes rurais sob quaisquer condições de tempo, o que a remete aos setores da saúde e da educação, podendo ser considerada como um problema de infra-estrutura.

Parte da quarta prioridade, “Presença de lixões em propriedades rurais”, pode levar à contaminação do lençol freático e, conseqüentemente, tornar imprópria para consumos humano e animal a água proveniente de poços localizados próximos aos depósitos de lixo. A presença dos resíduos pode contribuir, também, para aumentar a proliferação de insetos e roedores, que podem danificar os estoques de insumos e alimentos nos estabelecimentos rurais e, ainda, transmitir doenças às pessoas e aos animais de produção.

Tabela 4 - Prioridades eleitas pela população no 1º Fórum Municipal de Desenvolvimento de Jaguapitã (PR), 2003

Classificação	Prioridade	Nº de votos
1	Falta de segurança	108
2	Falta de recursos para investimentos, devido à baixa arrecadação municipal	95
3	Relação conflitante entre os profissionais e usuários do serviço de saúde	80
4	Lixão municipal localizado a céu aberto, próximo ao perímetro urbano, e existência de lixões privados instalados em propriedades rurais	60
5	Distanciamento da família da vida escolar do aluno, e falta de apoio legal para assegurar o comprometimento dos pais com a educação dos filhos	59
6	Alunos mal preparados nas séries anteriores	55
7	Falta de assistência técnica e recursos financeiros específicos para a agricultura familiar	53
8	Asfalto danificado, com muitos buracos e trânsito congestionado por caminhões, gerando risco de atropelamentos e poluições sonora e do ar	46
9	Solos degradados, com baixa fertilidade natural e sem controle de erosão	40
10	Estradas ruins e mal conservadas	37

Fórum Permanente de Desenvolvimento Municipal

Um dos objetivos definidos para o Primeiro Fórum Municipal de Desenvolvimento foi o de constituir e referendar um espaço democrático de discussões sobre o processo de desenvolvimento do município. O objetivo foi alcançado, e o resultado concreto é o Fórum Permanente de Desenvolvimento Municipal de Jaguapitã, implantado em 18 de dezembro de 2003, reconhecido pela Lei Municipal nº 037/03, de 30 de dezembro de 2003, e composto

por 31 membros. Baseado nos princípios da ética, da participação e do comprometimento, seu principal objetivo é gerir o Plano de Desenvolvimento Municipal e prover os meios necessários para a continuidade do processo, atuando de forma integrada com os conselhos e demais instituições e organizações do município, incluindo os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Programas de Ação para o Desenvolvimento Municipal

A eleição de prioridades teve como objetivo atender os anseios mais imediatos da população e atacar os problemas ligados ao maior número de pessoas. Considerou-se necessário, porém, analisar detalhadamente todos os problemas citados como existentes no município, verificando possíveis conexões entre eles. A partir desta análise, foram definidos sete Programas de Ação para o Desenvolvimento Municipal, com projeções para curto, médio e longo prazos. Os programas definidos foram: Agricultura; Arrecadação Municipal; Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Meio Ambiente; Saúde, Bem-Estar Social e Habitação; Segurança Pública; e Transporte e Infraestrutura. Como forma de avaliar o impacto destes programas no município, foram definidos alguns critérios básicos, sintetizados em um plano de metas com nove indicadores (**tabela 5**).

Observando-se o Plano de Metas contido na **tabela 5**, constata-se que durante a elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento foi definido um prazo para o alcance das mesmas no curto, médio e longo prazo (2005, 2007 e 2010, respectivamente). Porém, à medida que o Plano foi sendo executado, seus gestores, membros do Fórum Permanente de Desenvolvimento Municipal, deliberaram que as mesmas serão avaliadas 10 anos após a edição do Plano, em 2013, portanto, motivo pelo qual não está sendo feita uma análise das mesmas.

A Agricultura e o Desenvolvimento Municipal

Os problemas relacionados ao rural, relatados pelos agricultores durante o processo, foram em número maior do que os quatro eleitos como prioridades (**tabela 6**). Confirmou-se que o cotidiano dos agricultores não está limitado às questões meramente agrícolas, permeando situações pertinentes ao lazer, ao mercado dos produtos, à habitação (inclusive de seus filhos, que constituem novas famílias e querem continuar residindo nas propriedades). Enfim, aspectos ligados à qualidade de vida, cuja tentativa de solucionar os problemas já conta com resultados concretos, os principais listados e comentados a seguir.

Tabela 5 - Plano de Metas do Plano de Desenvolvimento Municipal de Jaguapitã (PR), 2003.

Aspectos do Desenvolvimento Municipal	Indicadores	Marco inicial		Situação Desejada	Prazo
		1991	2000		
Mortalidade Infantil	Mortalidade até 1 ano	45,41 p/m	15,71p/m	No máximo 10 p/m	Até 2005
	Mortalidade até 5 anos	52,17p/m	18,22 p/m	No máximo 12 p/m	Até 2005
Analfabetismo	Crianças de 10 a 14 anos	3,98%	2,01%	No máximo 1%	Até 2005
	Adultos de 25 anos ou mais	25,96%	18,11%	Redução para 10%	Até 2005
				Redução para 5%	Até 2007
Atraso Escolar	Crianças de 10 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar	41,98%	16,19%	No máximo 5%	Até 2005
Acesso a Curso Superior	% de Pessoas de 18 a 24 anos com acesso ao curso superior	0,63 %	5,56 %	Atingir 8%	Até 2005
				Atingir 10%	Até 2007
Arrecadação Municipal	Receita própria <i>per capita</i>	0,21 SM (2001)	0,36 SM (2002)	0,40 SM	Até 2005
Valor Bruto da Produção	VBP/ha	R\$ 964,00 (2001)	R\$ 1.126,00 (2002)	R\$ 1.352,00	Até 2005
Cobertura Florestal	Área de reflorestamento		4,42%	Atingir 6%	Até 2005
				Atingir 8%	Até 2007
Qualidade da Água	Índice de turbidez		12 a 25	8	Até 2010
	Índice de coliformes fecais		1.100 a 33.000	0	Até 2010
Índice de Desenvolvimento Humano	IDH-M	0,672	0,761	0,800	Até 2010
	IDH-E	0,736	0,838		
	IDH-R	0,635	0,671		
	IDH-L	0,644	0,775		

Associação dos Produtores de Leite de Jaguapitã

A Associação dos Produtores de Leite de Jaguapitã (APROLEITE) foi constituída em 17 de março de 2004, por um grupo de produtores de leite que comercializam suas produções *in natura* diretamente aos consumidores, com entrega em domicílios. O objetivo da APROLEITE é viabilizar a construção de um laticínio comunitário, para processar 1.600 litros de leite por dia, que representam 9% da produção total, comumente denominada "leite de rua". Com esta ação, os produtores sairão da ilegalidade, podendo comercializar o leite com maior retorno econômico e maior segurança, sob condições básicas de higiene e

sanidade, tornando-o apto a ser adquirido pelos programas sociais dos governos. Estará sendo gerada a sustentabilidade dos produtores envolvidos, atendendo uma das premissas do desenvolvimento local sustentável (FURTADO & FURTADO, 2000). Aproximadamente R\$100.000,00 já foram investidos neste projeto, e outros R\$ 100.000,00 estão previstos, através de parcerias institucionais entre a Prefeitura Municipal, o Governo do Paraná e o Governo Federal, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O laticínio comunitário está construído e em vias de iniciar seu funcionamento.

Tabela 6 - Relação de todos os problemas citados pelos agricultores durante o processo de geração do Plano de Desenvolvimento Municipal de Jaguapitã (PR), 2003

Classificação	Prioridade
1	Os agricultores produzem, mas não têm controle de preços e fiscalização sobre seus produtos por ocasião da venda
2	Falta planejamento da produção
3	Atravessadores e laticínios ganham mais do que os produtores
4	Falta de união entre os agricultores
5	Falta organização dos agricultores
6	Preços elevados dos equipamentos e insumos agropecuários, e preços baixos recebidos pelos produtos vendidos
7	Descapitalização dos agricultores
8	Genética dos bovinos aquém do necessário (corte e leite);
9	Escassez de alimentos para o rebanho bovino
10	Falta modernização da produção agropecuária, tanto pela descapitalização quanto pela resistência dos agricultores em usar tecnologias
11	Faltam moradias para os agricultores familiares (jovens), em função da descapitalização e falta de financiamento habitacional para o meio rural
12	Preços elevados dos insumos agropecuários
13	Baixos preços recebidos pelos produtos
14	Bovinocultura de leite com baixa produtividade
15	Faltam opções de lazer para a população rural
16	Falta de máquinas e implementos para prestação de serviços aos pequenos agricultores

Associação dos Produtores Rurais de Jaguapitã

Em 19 de maio de 2004, 17 famílias de agricultores concluíram que, através da sua união e organização, poderiam resolver alguns problemas ou minimizar os efeitos de outros, refletindo em ganhos dos mais variados, desde facilidade de acesso ao crédito até alternativas de lazer, passando pela incorporação de tecnologias, aumento de produtividade e agregação de valor aos seus produtos. Fundaram, então, a Associação dos Produtores

Rurais de Jaguapitã (APROJAG), que em dezembro de 2005 contava com 102 associados e tem sido propulsora e realizadora de atividades promotoras do desenvolvimento local.

Patrulha Rural Mecanizada

Composta por dois tratores agrícolas e 15 implementos, adquiridos em 2003 e 2004, é administrada pela Associação dos Produtores Rurais de Jaguapitã (APROJAG) desde setembro de 2004, com um tratorista contratado em abril de 2005. Os recursos para aquisição desta patrulha são oriundos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (R\$260.000,00) e da Prefeitura Municipal (R\$30.000,00). Em 2005, foi aprovado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) um projeto no valor de R\$300.000,00 para aquisição de uma moto niveladora, destinada aos trabalhos de recuperação das estradas rurais. Esta máquina foi adquirida pelo município em 2006.

Com esta patrulha mecanizada, está sendo possível viabilizar a conservação de solos e águas no município. Desde outubro de 2005, a construção e manutenção de terraços, realizada pelos agricultores dentro de critérios técnicos, estão isentas do pagamento das taxas de aluguel das máquinas e equipamentos. Outras isenções estão sendo estudadas pela Associação dos Produtores Rurais de Jaguapitã (APROJAG), como contribuição à resolução da nona prioridade.

Estas ações concretas de decisões descentralizadas são consequências diretas do desenvolvimento humano e político, fruto do processo a que o município foi submetido desde 2001.

Comercialização Conjunta de Leite

Esta ação está em curso desde 1º de julho de 2004, e é pautada em cláusulas básicas contidas em um contrato formal de compra e venda firmado entre a APROJAG e uma empresa da região, que estabelece condições mínimas de qualidade; preço igual para todos os produtores; preço mínimo; e preço máximo negociado mensalmente.

Dos 80 associados da APROJAG na ocasião da assinatura do contrato, 42 produzem leite (52,5% dos associados, que representam 32,3% dos produtores de leite de Jaguapitã) e 32 (73,8% dos produtores de leite associados) participam da comercialização conjunta, com 5.000 litros dia, 20,3% da produção diária total do município. Estes produtores agregaram 10% de valor ao preço recebido pelo leite, em comparação com os demais produtores do município.

Outros Resultados

Além da agricultura, constatou-se a obtenção de resultados positivos em outros setores do município, a partir do processo de discussão e elaboração do Plano de Desenvolvimento Municipal. Entre estes resultados, destacam-se:

- Implantação da coleta seletiva do lixo, em maio de 2005, precedida da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Jaguapitã (ASCAMAR), constituída por 15 famílias. Uma avaliação realizada 40 dias após a implantação da coleta seletiva mostrou que o recolhimento e comercialização de apenas 0,53% do lixo produzido na zona urbana do município conferiram aos catadores uma renda familiar mensal média de R\$ 118,00, contra os R\$ 24,00 anteriores, um expressivo aumento de 291%. Geração de renda, resgate da cidadania e inclusão social, objetivos de qualquer processo de desenvolvimento, contribuindo para resolver a quarta prioridade.

- Projeto Contorno Sul, concebido para retirar do centro da cidade os caminhões que utilizam Jaguapitã como desvio de praças de pedágio, e resolver a oitava prioridade. Em dezembro de 2005, foi aberta a licitação para sua construção, no valor aproximado de R\$3.660.000,00, outro resultado com parcerias institucionais, neste caso com o Governo Estadual. Em 2007 o Contorno Sul foi concluído.

- Manutenção das principais estradas rurais do município, realizada pela Prefeitura Municipal no decorrer de 2005, tratando a décima prioridade. Também foi concluída a adequação e pavimentação, com pedras irregulares, de sete quilômetros críticos de estradas.

- Implantação, em 2005, de um viveiro para produção de mudas florestais, outra parceria do município com o Governo Estadual, para formação de matas ciliares e reserva legal. Esta ação foi definida como prioritária pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente, constituído em junho de 2003 durante a 1ª Conferência Municipal do Meio Ambiente, promovida pelo Fórum Permanente de Desenvolvimento Municipal, e que vai de encontro à resolução da nona prioridade.

CONCLUSÕES

Faz-se necessário destacar a importância do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural no processo de desenvolvimento do município de Jaguapitã. O interesse e a dedicação dos agricultores; a abertura concedida pela administração municipal; a organização de informações; o envolvimento da população; e a coragem de ousar resultou na definição de prioridades de trabalho, que passaram a ser denominadas de

Plano de Desenvolvimento Municipal de Jaguapitã. Uma iniciativa inédita no município e também na região de Londrina, principalmente no Arenito Caiuá.

Analisando as questões levantadas e priorizadas pela população, fica evidente que o espaço rural de Jaguapitã sofreu alterações, possivelmente semelhantes a outros municípios com população abaixo de 20.000 habitantes, tão comuns no Paraná e no Brasil. Trata-se não mais de um espaço exclusivamente agrícola, detentor de uma política centralizada. Representa, sim, um espaço multifuncional, com produção agrícola e agroindustrial, preocupado com infra-estrutura (transporte, educação, saúde, habitação), geração de emprego e renda (agrícolas e não agrícolas), preservação do meio ambiente e cultura local, focado na descentralização do poder e da tomada de decisões, de forma semelhante ao apontado por Del Grossi & Silva (2002).

Dispor de um Plano de Desenvolvimento Municipal concretizou uma idéia e encerrou uma etapa, iniciada em 2001, quando foi constituído o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. E o desenvolvimento ocorreu de forma simultânea, em todas as fases do processo. Porém, a concretização deste desenvolvimento só ocorrerá quando todas as prioridades forem transformadas em projetos, este sim um desafio maior do que a geração do Plano em si. Mas não pode ser negado o fato de que a abertura política e a participação das pessoas no processo, por si só, indicam desenvolvimento humano e social, inquestionáveis e imprescindíveis para todas as ações futuras decorrentes do processo.

Pode-se afirmar que a maior conquista do processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Municipal de Jaguapitã é o ambiente favorável à implantação de mudanças para solucionar os problemas vividos e levantados pela população. Conclui-se que a abertura política e a expressiva participação da comunidade no processo, por si só, indicam desenvolvimento humano e social, imprescindíveis para a concretização do Plano. Conclui-se, também, que transformar as prioridades em projetos é um desafio maior do que a geração do Plano em si, cuja viabilização dependerá da organização comunitária e do compromisso pessoal e institucional dos responsáveis formais pelos diferentes segmentos. Por exemplo, se o Departamento Municipal de Educação não aprofundar as questões a ele pertinentes e elaborar seus próprios projetos, o índice de analfabetismo continuará elevado no município e a família continuará distante da escola dos filhos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS [DA] CANTUQUIRIGUAÇU. **Plano diretor para o desenvolvimento dos municípios da Cantuquiriguaçu**. Laranjeiras do Sul: [s.n.], 2003.

BOUSQUET, Estela; HOLVECK, Sophie. **Interações homem-solo sobre a microbacia do Ribeirão Bandeirantes do Norte (Paraná-Brasil)**. Londrina: EDUEL, 1999.

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. **PRONAF: construindo as instituições do desenvolvimento rural**. Brasília, 1998.

CALZAVARA, Osvaldo. **Processos emergenciais de sustentabilidade na dinâmica agrária do Norte do Paraná**. 2003. 132 p. Tese (Doutorado em Agronomia). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2003.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; SILVA, José Graziano da. **O novo rural: uma abordagem ilustrada**. Volume II. Londrina: IAPAR, 2002.

DENARDI, Reni Antonio; HENDERIKX, Elizabeth Maria Gerarda Johanna; CASTILHOS, Dino Sandro Borges de; BIANCHINI, Valter. **Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do Estado do Paraná**. Curitiba: EMATER-PR, 2000. Disponível em: <http://www.gp.usp.br/files/desen_fatores.pdf>. Acesso em: 5 outubro 2010.

EMATER. Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. Experiências bem sucedidas de desenvolvimento rural no Paraná. In: **Painel de Desenvolvimento Rural**, n. 3, 2004. Cadernos. Londrina.

EMATER. **Plano de ação municipal**. Jaguapitã, 2005.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Centro Nacional de Pesquisa de Florestas (Colombo, PR). **Diagnóstico e planejamento de sistemas agroflorestais na microbacia Ribeirão Novo, município de Wenceslau Braz, Estado do Paraná**. 1998.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Centro Nacional de Pesquisa de Solos (Rio de Janeiro, RJ). **Sistema brasileiro de classificação de solos**. Brasília, 1999.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Descrição geral do Estado do Paraná. In: EMBRAPA. **Levantamento de reconhecimento dos solos do Estado do Paraná**. Tomo I. Londrina, 1984.

FURTADO, Ribamar; FURTADO, Eliane. Imposições do terceiro milênio: apresentando o cenário. In: FURTADO. **A intervenção participativa dos atores – INPA: uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento sustentável**. Brasília: IICA, 2000.

IAPAR. Instituto Agrônomo do Paraná. **Cartas climáticas do Paraná**. Londrina, 1994.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório da emissão de certificados de cadastros de imóveis rurais por município**. Curitiba, 2002.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno estatístico – município de Jaguapitã**. Curitiba, 2002.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Perfil da região geográfica do Norte Central Paranaense**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/perfil_regioes/MontaPerfilRegiao.php?Municipio=102&btOk=ok>. Acesso em: 6 setembro 2011a.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Perfil da microrregião geográfica de Astorga**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/perfil_regioes/MontaPerfilRegiao.php?Municipio=418&btOk=ok>. Acesso em: 6 setembro 2011b.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Desenvolvimento local integrado e sustentável: documento-base e catálogo de experiências. **Cadernos Comunidade Solidária**, Brasília, v. 6, 1998.

JAGUAPITÃ. Prefeitura Municipal. **Orçamento municipal para o ano de 2002**. Jaguapitã, 2001.

KAGEYAMA, Ângela. Mudanças no trabalho rural no Brasil, 1992-2002. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 71-84, 2004.

KHAN, Ahmad Saeed; NEIVA, Ana Cláudia Gomes Rodrigues; SILVA, Lucia Maria Ramos. Projeto São José e o desenvolvimento rural no Estado do Ceará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 39, n. 3, p.143-171, 2001.

KRAWULSKI, Cristina Célia. **Caracterização química e física de um Latossolo Vermelho do arenito Caiuá sob diferentes sistemas de recuperação de pastagem**. 2002. 38 p. Dissertação. (Mestrado em Agronomia). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2002.

LACKI, Polan. **Desenvolvimento agropecuário: da dependência ao protagonismo do agricultor**. 4. ed. Santiago: Escritório Regional da FAO para a América Latina e o Caribe, 1995. (Série Desenvolvimento Rural, 9).

MUEHLMANN, Luiz Danilo; PFAU, Luiz Augusto; RAMOS, Márcio Roberto de; MOTTA JÚNIOR, Roberto. **Produção de leite a pasto: modelos técnicos**. Curitiba: EMATER-PR, 2000.

PARANÁ. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. Paraná Rural. Programa de Desenvolvimento Rural do Paraná. **Manual técnico do subprograma de manejo e conservação do solo**. Curitiba, 1994.

PEIXOTO, Marcus. O planejamento do desenvolvimento de assentamentos rurais: experiências no Estado do Rio de Janeiro. **Revista Universidade Rural, Série Ciências Humanas**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1-2, p.159-172, 2002.

SUDERHSA. Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental. **Atlas de recursos hídricos do Estado do Paraná**. Curitiba, 1998.

NOTA:

O presente artigo foi modificado e adaptado para este periódico, a partir de trabalho originalmente apresentado no 4º Congresso Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (ConbATER), realizado em Londrina (PR), no período de 13 a 15 de maio de 2008.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

KRAWULSKI, Cristina Célia; MEDINA, Cristiane de Conti; ALMEIDA, Benedito Luiz; SOUZA, Natalino Avance de; IÁCONO, Gayza Maria de Paula. Desenvolvimento municipal em Jaguapitã (PR): da concepção teórica aos primeiros resultados. **Geografia (Londrina)**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 067-084, maio/ago. 2011. URL: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia>>

EDITOR DE SEÇÃO:

Ideni Terezinha Antonello

TRAMITAÇÃO DO ARTIGO:

✓ Recebido em 04/11/2010

✓ Aceito para publicação em 15/09/2011